

## A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO CONTO *SIM, EU POSSO* (2007), DE DÉCIO DE OLIVEIRA VIEIRA

Nelci Alves Coelho SILVESTRE  
(Universidade Estadual de Maringá)  
[nelcisilvestre@bol.com.br](mailto:nelcisilvestre@bol.com.br)

**RESUMO:** A discriminação racial e o racismo são temas frequentes na literatura negra britânica. Na literatura brasileira não é diferente. Atrás da crença de que há boa tolerância entre as raças subjaz o racismo que exclui muitos negros e afrodescendentes do mercado de trabalho, relegando-os à invisibilidade. No volume 30 do livro de contos “Cadernos Negros”, publicado em 2007, selecionamos a narrativa “Sim, eu posso” de Décio de Oliveira Vieira, com o objetivo de verificar a outremização da protagonista, tendo em vista a cor da pele. A metodologia de investigação baseia-se em teorias desenvolvidas por Ashcroft, Bhabha, Fanon, Memmi, dentre outros. O conto revela o relacionamento entre um rapaz branco, Rafa e uma moça negra, Clara. A garota acredita na democracia racial enquanto o pai, Bequimão, negro da tribo Malê, não conjuga da mesma opinião e tenta convencê-la de que os negros são rechaçados pela cor epidérmica. Os resultados da pesquisa mostram que a protagonista é discriminada pela cor, pois embora qualificada, exerce a função de doméstica, já que não consegue um emprego melhor. Além disso, após contar ao namorado que está grávida, ele a abandona. Tal fato apresenta indícios de que o rapaz não almeja a mistura de raças.

Palavras-Chave: Discriminação Racial; Racismo; Negro; Outremização.

### Introdução

Quando o Brasil declarou a extinção da escravatura, não ofereceu nenhuma oportunidade de inclusão para os negros. Sendo assim, a população negra foi relegada aos mais baixos patamares da pirâmide social. A partir da proclamação da República, os dirigentes criaram uma sociedade hierarquizada. Essa hierarquização e a falta de medidas sociais foram responsáveis pela exclusão dos afrodescendentes. Inaptos para o trabalho livre devido aos longos anos de servidão, passaram a ser considerados culpados de sua própria exclusão.

Diante da dificuldade de inserção na sociedade brasileira, os negros começaram a fazer parte da massa de miseráveis e marginalizados nas cidades. Enquanto isso, os governos brasileiros incentivaram a imigração europeia no país, alegando que havia excesso de mão de obra na Europa. Todavia, a partir da opção pelo imigrante europeu, portanto branco, enxergamos uma atitude política deliberada, uma tentativa de embranquecer o país, com a explícita finalidade de fugir dos estigmas formulados pela ciência da época, cujas teorias como a eugenia, a ideia de pureza da raça e a antropometria apontavam a inferioridade negra e sua habilidade para fazer trabalho braçal, físico. Essas teorias contribuíram para manter os negros na subalternidade.

Outro fato que nos chama a atenção é que o país estimulava a entrada de europeus a partir da doação de terras e fechava as portas para imigrantes negros. A tal comportamento,

atribui-se o nome de política de embranquecimento. Assim, a liberdade advinda com a abolição empurrava para as periferias dos grandes centros a massa negra desempregada.

Esse processo de exclusão e invisibilidade ainda é uma realidade, apesar da disseminação do mito da democracia racial brasileira. Esse mito levanta a falsa ideia de que, no Brasil, a discussão da identidade negra é desnecessária, já que este país é mestiço. Tal falácia oculta a verdadeira face do racismo brasileiro e dificulta sua eliminação. Sobre isto, Oliveira Silveira, em seu poema *Ser e não ser*, registra:

O racismo que existe,  
 O racismo que não existe.  
 O sim que é não,  
 O não que é sim.  
 É assim o Brasil  
 Ou não? (SILVEIRA, 2009, p.117).

O eu lírico questiona a ideia de democracia racial propagada em nosso país. Essa falsa noção vem sendo difundida desde a Lei Áurea, exaltada de maneira tão fantasiosa na literatura e nas artes. Entretanto, os militantes dos movimentos negros costumam afirmar que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas não assinou a carteira de trabalho. Apesar da ironia contida na frase, esta expressa bem a realidade após a abolição. A massa escrava conquistou a alforria, mas não foi integrada à nova realidade econômica, pois passados mais de 120 anos de abolição, a população negra continua quase invisível, embora o Brasil seja composto por mais 90 milhões de pessoas negras.

Talvez os caminhos da história possam elucidar o porquê dessa invisibilidade. Na década de 1930, a luta contra o racismo começou a tomar corpo. Ainda assim sob a ideologia da “democracia racial”, o país acreditava que havia convivência harmoniosa e pacífica das raças. No entanto, o mito da democracia racial contrastava com uma realidade de discriminação racial, de marginalização da população de cor. Com os direitos negados para se inserir a um time de futebol no ano de 1920 e o discurso contrário à viagem de uma banda denominada “Oito Batutas” a Paris no ano seguinte, a população afro foi impulsionada a fundar a Frente Negra Brasileira (FNB). Como ideologia, a FNB sustentava que a educação era o caminho para a vitória dos negros. Apesar de um grande número de adeptos e da edição de um jornal, o movimento foi colocado na ilegalidade poucos anos depois.

O final da década de 1960 assistiu ao renascimento da militância negra e a retomada das denúncias contra o mito da democracia racial no Brasil. A promulgação da lei Afonso Arinos, em junho de 1951, aliada a militantes qualificados por meio de graduações e pós-graduações levaram os afrodescendentes a assumir lugar de destaque no discurso antirracista. Diante dessa abertura de espaços para os negros, o Movimento Negro Unificado (MNU) se consolidou como entidade negra nacional e, após muita discussão, foi criado o Dia da Consciência Negra em 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, herói negro.

Entretanto, o governo brasileiro, descontente com o rumo das discussões acerca do racismo, decidiu combater a luta. Para tanto, construiu a ideologia de democracia racial, indicando ao elemento negro o samba, o futebol, caminhos para sua possível ascensão social.

Gabriel, compositor brasileiro, desmascara a suposta democracia racial existente no Brasil. Sua composição denuncia a maneira como essa concepção ideológica vem sendo transmitida à sociedade difundindo o “racismo à brasileira”, que se fundamenta na negação do preconceito e da discriminação.

O racismo é burrice, mas o mais burro não é o racista.  
 É o que pensa que o racismo não existe  
 O pior cego é o que não quer ver...

E de pai pra filho o racismo passa  
Em forma de piadas que teriam bem mais graça  
Se não fosse o retrato da ignorância  
Transmitindo a discriminação desde a infância (Gabriel, o pensador. Cd:  
MTV ao vivo, 2003).

## **Raça, gênero e classe**

O termo racismo tem sua origem no termo ‘raça’, introduzido na língua portuguesa no século XV, contexto histórico conveniente e lucrativo para difundir a suposta superioridade do branco. Daí a origem da ideologia de que existiam heranças físicas, biológicas e genéticas diferentes em meio aos grupos humanos. Dessa crença surgiu o discurso racial, no qual a cor da epiderme mostrava a superioridade de certos grupos sobre outros.

Desde então, a cor da pele foi bastante utilizada na criação de estereótipos junto aos sujeitos coloniais. A cor negra ou a ausência da pele branca passou a ser associada ao mal, ao selvagem, ao primitivo. Por conseguinte, os não-brancos, estereotipados, taxados de tolos, pouco inteligentes, começaram a imitar o comportamento do branco a fim de igualarem-se a ele.

Segundo Figueiredo (1998, p.64), o negro, antes do contato com o branco, não se sentia inferior a nenhuma outra raça. Somente a partir da negação dos valores humanos e culturais impostos pela colonização é que o negro começou a apresentar uma imagem negativa de si mesmo.

O conceito de racismo produz a outremização do sujeito negro, estratégia utilizada para diminuir o sujeito colonizado em função da cor epidérmica. Desse modo, a diferenciação entre outro (branco)/outro (negro) existe a partir do momento em que o colonizador branco impõe-se como alguém superior ao colonizado negro. Assim, os negros, outrora livres, sentem-se presos a posições hierárquicas nas quais são oprimidos, inferiorizados, objetificados. Na acepção de Memmi (1968, p.186), o racismo é “a atribuição generalizada de valor a diferenças reais ou imaginárias para o benefício do acusador sobre a vítima, com a finalidade de justificar o privilégio e a agressão do primeiro”.

Como vimos, o racismo estigmatiza diferenças com a finalidade de justificar vantagens e abusos de poder por parte do grupo dominante, desconsiderando o fato de que todos os seres humanos possuem, igualmente, aspirações de progresso e negando as diferenças nas experiências históricas peculiares aos diferentes grupos humanos.

A suposta convivência pacífica, bem como a igualdade de direitos entre negros e brancos em nossa sociedade é ilusória, pois se refere aos direitos formais dos indivíduos, sem levar em consideração as especificidades de cada grupo. Ao negar a relevância e o respeito às diferenças para o entendimento da diversidade, prega-se uma suposta igualdade que só funciona no mundo ideal, porque no mundo dos homens a cor dérmica continua sendo fator discriminatório que, juntamente com a etnia, classe e religião impedem o negro de se afirmar como sujeito agente na sociedade.

É fato que o fenômeno do racismo, embora por muitos considerado um discurso, exerce opressão real sobre aqueles que têm na pele a diferença da cor com relação ao branco. A questão da cor se acentua quando se trata do gênero feminino. A respeito do gênero, Lauretis (1994, p.208) propõe um sujeito constituído “não apenas pela diferença sexual, e sim por meios de códigos lingüísticos e representações culturais; um ‘sujeito engendrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe (...)”.

O gênero representa uma relação social, um indivíduo por meio de uma classe. Depreendemos então que gênero é a “representação de cada indivíduo em termos de uma

relação social preexistente ao próprio indivíduo e predicada sobre a oposição ‘conceitual’ e rígida dos dois sexos biológicos” (LAURETIS, 1994, p.211).

Sob esse prisma, é possível observar que o gênero é tanto uma construção sociocultural quanto um sistema de representação que concede atributos a indivíduos dentro da sociedade. Assim, se as representações de gênero são posições sociais que carregam conotações diferentes, então o fato de um indivíduo ser representado como masculino ou feminino refere-se à totalidade daqueles atributos sociais.

As ideologias binárias branco/negro, homem/mulher, rico/pobre funcionam sobre posições hierárquicas, pois definem oposições que enfatizam as diferenças entre termos privilegiados e não-privilegiados, superiores e inferiores. Na situação colonial, o colonizador utilizava o sistema de oposições binárias com o objetivo de posicionar-se como superior à Colônia. Nos dias atuais, sonhamos com a democracia total: raça, gênero e classe embutidos em uma convivência pacífica e harmoniosa.

A partir dessas considerações, o objetivo deste artigo é observar no conto *Sim, eu posso*, de Décio de Oliveira Vieira, publicado no volume 30 dos *Cadernos Negros*, a tomada de consciência da existência do racismo sob o ponto de vista da protagonista negra, Clara, após presenciar atitudes que iam contra a democracia racial na qual acreditava.

Os *Cadernos Negros* surgiram na década de 1970 com o objetivo de dar visibilidade a autores e textos afros. A partir de então, todo ano é publicado alternadamente um *Caderno Negro de Poesias*, um *Caderno Negro de Contos*.

A temática desses contos apresenta denúncias das condições de vida dos negros, marginalizados pela cor da pele, e a difícil subjetificação em uma sociedade dominada pelos brancos.

### ***Sim, eu posso e a suposta democracia racial***

No conto *Sim, eu posso* as personagens Clara, a mãe e o pai são negras; já Rafa, namorado de Clara, é branco. O narrador de terceira pessoa cede voz aos personagens no discurso direto na tentativa de presentificar a temática do mito da democracia racial. Basicamente, a fábula gira em torno da descoberta da protagonista de que a democracia racial é uma falácia.

O conto tem início com o diálogo entre mãe e filha a respeito do relacionamento de Clara, moça negra, com Rafa, moço branco. Para a análise do texto, é importante, inicialmente, citar Abdias Nascimento (1968), o qual assinala que “O status de raça, manipulado pelos brancos, impede que o negro tome consciência do logro que no Brasil chamam de democracia racial e de cor” (NASCIMENTO, 1968, p.22).

Com efeito, muita gente no Brasil ainda acredita na existência da assim chamada ‘democracia racial’ no país. Clara é uma personagem que representa essa crença. No entanto, o pai discordava da filha.

Bequimão costumava dizer que o preconceito racial em nossa cidade era invisível os negros sofriam, porém não viam o opressor, e muitas vezes ele próprio acreditava que não existia. Era como se fosse uma coisa natural; na principal escola da cidade, quase todos brancos e, na cadeia, a maioria era de negros. Essa realidade o angustiava (VIEIRA, 2007, p.58).

Esse fragmento da narrativa desmente a suposta democracia racial. A personagem apresenta elementos em que sua condição de negro, em um país onde nitidamente o que vale é a cor da pele, constitui um impedimento para que se afirme como agente autônomo. Esse racismo perverso exclui muitos negros e afrodescendentes, sobretudo da possibilidade de

ascender socialmente. A narrativa comprova essa afirmação, pois Bequimão “Estava na empresa havia vários anos e trabalhava mais do que os amigos sonhando sempre com uma promoção, o que nunca chegava” (VIEIRA, 2007, p.59). Esse aspecto denota a posição marginal de Bequimão, que por ser ‘negro’ é visto como inferior, motivo principal pelo qual é rechaçado. Sobre isto, Telles pontua que:

a noção de cor dos brasileiros é equivalente ao conceito de raça, pois está associada à ideologia racial que hierarquiza as pessoas de cores diferentes. Independentemente do uso do conceito de cor ou raça, as pessoas são tipicamente racializadas e seu *status* depende de sua categorização racial ou de cor (TELLES, 2003, p.304).

Situação semelhante ocorre com Clara, filha de Bequimão. Na busca pelo emprego, depara-se com uma realidade de exclusão, mas ainda não consegue aceitar a ideologia que permeia a sociedade em que vive: “... não queria continuar como empregada doméstica, seu trabalho atual; se trabalhava nisso era porque não encontrava outro, mas não desistia” (VIEIRA, 2007, p.58). A jovem quer acreditar que não há racismo e que ela tem as mesmas oportunidades que as outras jovens; no entanto, é vítima do preconceito camuflado, velado que circula na sociedade brasileira.

Em todos os cursos que fez, Clara sempre tirou as melhores notas, só não entendia por que não encontrava um trabalho melhor como queria; já tinha participado de seleções em lojas de vários shoppings, já tinha visitado todos os sistemas de contratação dos bancos da cidade e em nenhum havia vaga (VIEIRA, 2007, p.58).

Esse episódio que evidencia o racismo já fora retratado no romance *The Fruit of the Lemon* (1999), de Andrea Levy. A personagem Faith, graduada em Moda, é contratada como designer de tecidos. Todavia, trabalha em uma máquina de tecer. Em outro momento do romance, sua função é escrever e colar etiquetas, atividade bem aquém de suas qualificações.

No romance *The Small Island* (2004) da mesma autora, a situação narrada apresenta similaridade. A personagem Hortense é professora formada e vai à escola candidatar-se a uma vaga. Munida das cartas de recomendação e confiante em sua competência linguística, ignora os fortes laços de racismo arraigados na sociedade londrina. Contudo, ao apresentar-se na escola, uma das senhoras segura as cartas e afirma que ela não está qualificada para lecionar naquele país.

Focalizando a atitude racista da comunidade britânica nas duas narrativas de Levy e da comunidade brasileira na narrativa de Vieira, notamos que a cor da pele é o motivo da não-aceitação de Hortense, de Faith e de Clara no centro, visto que todas elas são tão capacitadas quanto os brancos. Tal exclusão racial colide com a construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais.

Oliveira Silveira, poeta afro-brasileiro, longe do mito da ‘democracia racial’, das aparências, desnuda criticamente essa situação e ironicamente agradece o lugar que o branco destina a ele na sociedade: “Obrigado pelo preconceito com que até hoje me aceitas. Muito obrigado pela cor do emprego que não me dás porque sou negro” (SILVEIRA, 2009, p.66).

Realmente, a marca da escravidão no Brasil é muito forte. Parece que nosso país ainda não superou os problemas advindos daquele momento histórico. Lobo assevera que o “... analfabetismo, exploração, dizimação das famílias negras, açoitemento público e redução do negro a objeto, mão de obra e reprodutor não remunerado...” (LOBO, 1993, p.240) são heranças do Brasil Colônia.

Essa herança torna-se visível na narrativa de Vieira, particularmente quando pai e filha não ascendem socialmente. O desejo de obter um emprego melhor, de alcançar uma promoção é negado devido à cor da pele de Clara, de Bequimão: “A pele retinta como a noite denunciava sua origem: negro Malê, etnia originária da parte do continente africano...” (VIEIRA, 2007, p.59).

Quando Clara ouve o pai comentando sobre a relação binária entre branco e negro e a relação hierárquica na qual o branco se sobressai, ela não aceita: “O pai é um idealista, vive falando de preconceito e metido em reuniões do movimento de consciência negra; acho que eles são todos uns frustrados; um dia eu provo que estou certa” (VIEIRA, 2007, p.57).

O idealismo de Clara se opõe à submissão da mãe perante as condições adversas enfrentadas em uma sociedade dominada pelos brancos. Essa posição adotada pela personagem nega o espírito passivo da mãe e tenta afirmar a existência, a visibilidade do negro enquanto cidadão. Como a memória da escravidão está presente nos afro-brasileiros, a mãe silencia sua revolta, enquanto o pai se engaja em movimentos porque almeja ter vez e voz, ao passo que a filha luta para ocupar seu espaço na sociedade, buscando um emprego melhor.

Apesar dos esforços de Clara e de Bequimão, ambos são rejeitados pela sociedade devido à invisibilidade a que são relegados. Mas como tornar o negro visível em nossa sociedade? Por que nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, considerados negros/mestiços não há ascensão social? Parece que, atrelada à cor da epiderme, a classe social e o gênero feminino também são levados em consideração.

No Brasil inteiro, especialmente nos três estados referidos, o negro tem grande dificuldade para subir socialmente, especialmente se pertence à classe pobre ou é do gênero feminino. A universalidade branca ou a dominação branca no Brasil é tão extensiva que quase não é sentida e impede a ascensão dos negros. A brancura era parâmetro enquanto o negro era periferia; e todo o negro, diante dessa posição, queria ser branco (FANON, 2008).

A teoria eugenista dos séculos XIX e XX visava a um Brasil branco para se integrar à comunidade internacional. Com o intuito de embranquecer a nação, além de excluir os negros, deu-se início ao branqueamento das personalidades nacionais, cuja descendência negra era evidente. Machado de Assis é um bom exemplo desse processo. A inversão dessa situação só foi possível devido à consciência dos negros nos Estados Unidos, Inglaterra e Caribe, os quais lutaram e juntos fundaram o movimento Negritude.

A partir desse movimento, é possível postular que paulatinamente os negros têm conquistado seu espaço. No Brasil, a ascensão social é recente, começou logo após a guerra. O primeiro passo para que os negros atingissem a ascensão era criar o sistema de cotas, porém o sistema ficou deficiente. A lógica estabelecida é a seguinte: quanto mais médicos negros ou híbridos são vistos, mais pessoas se candidatam a essa profissão; quanto mais atores, balconistas, etc. estão sendo visibilizados, mais há pessoas que almejam exercer essas profissões, porque sempre houve o ‘Pelé da vida’, um negro bem sucedido, mas não a coletividade negra.

Como pontuamos, a negritude também tem o problema de classe no Brasil. Trata-se de um círculo vicioso que somente a eliminação do racismo, a educação maciça do negro/híbrido e o orgulho de ser negro (sem ter receio) podem colocar as pessoas outrora excluídas em um patamar de igualdade. No conto, Bequimão (negro) e Clara (negra) não têm ascensão. Provavelmente, são excluídos por causa da pobreza.

A garota negra, alheia à indiferença e à invisibilidade a que é relegada, já que discorda de seu pai, planeja obter um trabalho condizente com os cursos realizados a fim de realizar o sonho do casamento com Rafa: “Pai, uma hora eu encontro um bom emprego e aí posso pensar em casar com o Rafa, pois ele também está procurando trabalho, mas ainda

estuda. Quero comprar um vestido branco bem bonito para o casamento” (VIEIRA, 2007, p.58).

Fanon, em seu livro “Pele negra, máscaras brancas”, expõe que talvez um dia as mulheres negras compreendam “que os brancos não se casam com uma mulher negra” (FANON, 2008, p.58). Segundo o autor, essas mulheres correm o risco porque almejam a branquidão a todo custo. Esse desejo de ser branco está diretamente relacionado com a dificuldade de superar o sentimento de inferioridade que acomete o sujeito negro.

Clara acredita que o rapaz branco goste dela e que realmente deseje se casar com ela, o que endossa sua crença na democracia racial: “... o Rafa tá comigo e gosta de mim. O fato da mãe dele não gostar que ele namore uma negra não tem importância nenhuma. Ele sempre diz que isso não faz nenhuma diferença” (VIEIRA, 2007, p.57). Por intermédio desse relato, a tensão social que afeta o afrodescendente se instaura. A interação harmoniosa entre os povos parece equivocada e o que ocorre com Clara colide com a visão paradisíaca de sociedade brasileira.

Pela fala de Clara, observamos que Rafa não tem problemas para assumir o namoro com uma negra, o que não implica que ele queira se unir a ela. O rapaz representa bem o preconceito embutido na sociedade, na qual a moça negra não era feita para o casamento. Nesse contexto, a moça representa um objeto sexual, fator que está no cerne da discriminação contra o negro “O preto é um brinquedo nas mãos do branco...” (FANON, 2008, p.126).

No contexto do conto, a ideia do casamento entre Clara e Rafa é ultrajante para a mãe de Rafa, porque de acordo com o pensamento colonial, a mistura do branco com o negro pode enfraquecer a hierarquia branca. Nesse viés, a mãe do rapaz ambiciona uma nora branca a fim de perpetuar a suposta branquidão. Sua preocupação tem a ver com a eugenia. Por outro lado, o fato de Clara sonhar em casar-se com um rapaz branco pode significar o desejo de branqueamento, de superar seu sentimento de inferioridade (FANON, 2008).

Ao término do conto, Clara revela que está grávida e que Rafa terminou o namoro quando tomou conhecimento do fato: “O Rafa não apareceu mais depois de eu contar para ele que estou grávida” (VIEIRA, 2007, p.59). Dessa atitude, depreendemos que Rafa não quer ter um filho híbrido, talvez pelo receio da contaminação e da ameaça à suposta pureza de sua raça. Ashcroft *et al.* (1998) preconizam que:

O receio de contaminação que está no cerne do discurso colonialista, e cujos resultados é a ameaça ou a ambivalência da mímica ou o medo obsessivo colonialista da miscigenação, é, muitas vezes, expresso através do medo entre os colonizadores de se tornarem nativos, de perderem a sua distinção e identidade superior através da contaminação pelas práticas nativas<sup>1</sup> (ASHCROFT *et al.*, 1998, p.158).

Essa repulsa do híbrido consiste no receio de enegrecer a raça. Como homem branco, sua futura prole, em consonância com sua crença e da sociedade, precisa assegurar a branquidão de sua gente. Outrossim, se houver supremacia negra, a raça branca tende a perder sua suposta identidade superior, conforme supracitado.

Oliveira Silveira, em seu poema *Pé Atrás Inter-Racial*, narra em versos a temática da mistura entre brancos e negros abordada no conto. Vejamos o que o lírico expõe:

---

<sup>1</sup> The fear of contamination that is at the heart of colonialist discourse, and which results is the menacing ambivalence of mimicry or the obsessive colonialist fear of miscegenation, is often expressed through the fear amongst the colonizers of going native, that is losing their distinctiveness and superior identity by contamination from native practices.

Amor?  
 Eu só te quero se for só  
 Pra botá o preto na branca  
 Evitando marrom.  
 Depois disso, pé no estribo,  
 Cada um pra sua tribo (SILVEIRA, 2010, p.161).

O que o poeta afro retrata se relaciona, de certa forma, com a situação vivida por Clara. Depois que a protagonista engravida, seu relacionamento com Rafa naufraga. Não se trata de amor como ela supunha, mas de sexo. Para o ato sexual, os brancos preferem as negras, já que possuem a fama de serem fegosas. Todavia, para o matrimônio e a geração de um filho, as negras são preteridas.

Em um de seus diálogos com a mãe, Clara diz que “não se via como mulher negra, apenas como mulher” (VIEIRA, 2007, p.59). Daí se infere o grande hiato existente entre dominantes e dominados. A imposição de dificuldades para sua aceitação enquanto mulher negra na esfera social revela-se exclusivamente pela cor da pele, evidenciando que a democracia racial não passava de uma invenção para ludibriar os afrodescendentes.

Como em um momento de epifania, Clara começa a perceber um racismo sutil incorporado ao sistema.

– Mãe, às vezes acho que o pai tem razão. Hoje fui pagar uma conta no banco e lembrei que ele sempre fala do preconceito ideológico: quem sofre acha natural e nem sabe, pois no banco não havia nenhum moço negro. No outro dia, fiquei na fila para a contratação de um escritório. Tinha muitas meninas pretas, mas nenhuma conseguiu a vaga. Passei a perceber que também no shopping center não havia vendedores negros, mas na fila para a contratação, tinha muitos rapazes mulatos e negros, não vi nenhum ser contratado (VIEIRA, 2007, p.59).

Vilipendiada pela sociedade, o suposto paraíso tropical, o destino de Clara valida que seu valor e seu mérito individual estão empanados pela pertença racial, pela cor. A negociação de sua inclusão em um país racista, cuja cultura se baseia em ser branco, cai por terra.

Diante desses elementos, constatamos que a suposta democracia racial na qual Clara acreditava é desmascarada pela sua invisibilidade. Invisibilidade que simboliza a dominação e a hierarquização operada pelos brancos. Esse desmascaramento é importante porque revela a conscientização da garota. Contudo, embora tenha se tornado consciente do mecanismo de dominação, ela continua vítima do sistema.

Neste sentido, o final do conto revela que o racismo velado ainda subjaz na relação entre brancos e negros no Brasil. Parece que a visão excludente do branco é passada de geração para geração, sendo a família uma das instituições que contribui para sua perpetuação.

Destarte, a cor dérmica de Clara a impede da conquista de uma posição no mercado de trabalho condizente com sua formação profissional, ou seja, a cor da pele é o motivo pelo qual é subjugada e mantida na obscuridade, mantendo, dessa forma, a hegemonia branca.

Assim, a ilusão de pertencimento de Clara àquela sociedade vai aos poucos se desfazendo, levando-a a perceber que por baixo da suposta democracia racial emergem atitudes preconceituosas que ainda rotulam seres humanos com base em sua cor dérmica.

## Conclusão

O conto *Sim, eu posso* traz à tona o preconceito contra o negro a partir do mito da democracia racial. Mediante sua análise, chegamos a algumas conclusões. Paulatinamente excluída da sociedade branca, Clara percebe a discriminação sutil que a vitima.

Inicialmente, a protagonista apresenta uma espécie de cegueira à sua própria cor, fator que a faz divergir do pai, negro engajado em movimentos em prol de sua raça. Alienada, não entende as razões que motivam sua não-aceitação no mercado de trabalho, tampouco entende o porquê de ser rechaçada quando engravida.

Ademais, o mito de pureza racial do povo branco fica explícito no final do conto, já que Rafa nega o resultado de seu relacionamento inter-racial com Clara. Por outro lado, ao apropriar-se do corpo de Clara, mulher negra, demonstra os resíduos do colonialismo.

Em um sistema que a posiciona como diferente por causa da cor da pele, a jovem protagonista luta para conquistar seu espaço. Apesar de sua situação ser diversa da de sua mãe, que cala e se acomoda, Clara não consegue romper o processo histórico de dominação. Nesse âmbito, a narrativa de Vieira nos aponta o fato de que a memória da escravidão ainda é muito forte em nossa sociedade.

Percebemos, pela leitura e análise do conto ora em pauta, que as estratégias de exclusão que vitimam Clara, a protagonista, persistem na sociedade sob o mascaramento da democracia racial.

## Referências

- ASCROFT, B. et all. *Key Concepts in Post-Colonial Studies*. London: Routledge, 1998.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *Construções de identidades pós-coloniais na literatura antilhana*. Niterói: EDUFF, 1998.
- LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LEVY, A. *Fruit of the Lemon*, New York: Picador, 1999.
- LEVY, A. *Small Island*, New York: Picador, 2004.
- LOBO, Luiza. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.
- LOPES, Nei. *História e Cultura Africana e Afro-brasileira*, São Paulo: Barsa Planeta, 2008.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Negro revoltado*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1968.
- SILVEIRA, Oliveira. *Antologia Poética de Oliveira Silveira*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.
- SILVEIRA, Oliveira. *Poemas*. Porto Alegre: Edição dos Vinte, 2009.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume-Demará: Fundação Ford, 2003.

VIEIRA, Décio de Oliveira. Sim, eu posso. In: RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio (org.). *Cadernos Negros: contos afro-brasileiros*. Volume 30. São Paulo: Quilombhoje, 2007, 57-59.